



**INQUÉRITO CIVIL nº 01/2015**

Consoante se infere do **Ofício CONSEMA 106/2015**, consta da pauta da **337ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA**, que se realizará no dia **16 de dezembro de 2015, às 09h00**, na Sala de Reuniões do Conselho, prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, no item 2 a "*Apreciação do EIA/RIMA das "Obras de Implantação de Aterro Sanitário da Central de Tratamento de Resíduos-CTR Palmeiras", de responsabilidade da Piracicaba Ambiental S/A, em Piracicaba (Proc. 00194/13)*".

Verifica-se, ainda, a notícia de que foram juntadas cópias apenas dos seguintes documentos relativos ao empreendimento em questão:

- Parecer Técnico/CETESB/124/15/IPSR sobre o EIA/RIMA do CTR Palmeiras;
- Ata da Audiência Pública realizada em Iracemápolis sobre o EIA/RIMA do CTR Palmeiras;
- Ata da Audiência Pública realizada em Piracicaba sobre o EIA/RIMA do CTR Palmeiras;

Ocorre que, não foram apresentados documentos essenciais ao conhecimento e à compreensão das etapas de licenciamento do empreendimento em questão, que envolve tecnologia pioneira no país, que tem sido objeto de diversos questionamentos pelo Ministério Público,



Dentre os documentos considerados importantes de serem levados à prévia ciência do colegiado, de forma a propiciar a devida análise da viabilidade ambiental pelo Plenário do E. Conselho Estadual do Meio Ambiente, podemos citar os seguintes:

➤ A **Recomendação MPSP nº 01/15**, expedida em 07 de maio de 2015, por meio do Ofício nº 315/2015 (fls. 363/364), ao Presidente da CETESB e à Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo para que:

*A) Atendem, no mínimo e sem prejuízo de outras previsões legais, a todas críticas e sugestões efetuadas quando das audiências públicas, as posteriores contribuições efetuadas nos termos do artigo 20 da Deliberação Consema Normativa 01/2011 e demais atinentes à viabilidade e regularidade do empreendimento.*

*B) Determinem a realização de novas audiências públicas, diante da nulidade daquelas ocorridas nos dias 28 e 29 de abril de 2015, em Piracicaba e Itacemápolis, com a determinação de novas datas oportunamente, para cumprimento integral dos ditames legais e constitucionais;*

*C) Abstenham-se de emitir a Licença Prévia com relação ao "ATERRO PALMEIRAS" e outras licenças do todo ou de partes do empreendimento, até que todas as deficiências, omissões e irregularidades no Estudo Prévio de Impacto Ambiental e no procedimento de licenciamento sejam sanadas;*

*D) Determinem a complementação do atual EIA/RIMA do ATERRO SANITÁRIO PALMEIRAS a fim de:*

*d.1) considerar os impactos cumulativos e sinérgicos de todas as unidades que compõem a CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS CTR-PALMEIRAS (Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, Recepção e Pré-Tratamento dos Resíduos, Recebimento e Trituração de Resíduos Verdes e Aterro Sanitário), de forma integrada;*





*d.2) Considerar os impactos cumulativos e sinérgicos decorrentes da pretensão/plano da Administração Municipal de gerenciar resíduos gerados por até 30 outros municípios, conforme anunciado e medidas adotadas para colocar em prática tal plano governamental, para todas as unidades que compõem a CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS CTR-PALMEIRAS;*

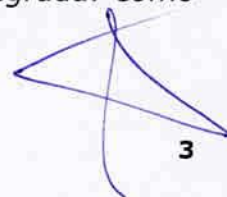
*d.3) atender integralmente o Termo de Referência – TR em todos os seus requisitos;*

*d.4) sanar todos os pontos levantados na presente RECOMENDACÃO, bem como nos Pareceres técnicos elaborados pelo Assistente Técnico de Promotoria, Michel Metran da Silva, sobre o empreendimento em questão;*

*d.5) sanar todos os demais aspectos e irregularidades contidos na presente recomendação;*

*d.6) sanar todas e quaisquer outras irregularidades que este órgão ambiental possa identificar a partir das informações ora trazidas, ou que de qualquer forma se tenha conhecimento posterior;*

*E) Diante da ilegalidade na fragmentação do licenciamento da UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO BIOLÓGICO E DE COMPOSTAGEM DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS – CTR PALMEIRAS, que está sendo conduzida pela Agência Ambiental de Piracicaba (CJP, CETESB), descumprindo procedimentos legais e administrativos expressamente previstos, que sejam anuladas as licenças expedidas (LP, LI e LP retornando o licenciamento à Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental (Departamento de Avaliação de Empreendimentos), para o fim de reincorporando a avaliação dos impactos ambientais quando da complementação do ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL pela empresa PIRACICABA AMBIENTAL S/A, para a análise integrada dos impactos da CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS PALMEIRAS como um todo, formado por unidades que deverão necessariamente funcionar de forma integrada, como originalmente determinado pela CETESB.*



3



➤ Os **Pareceres Técnicos** que subsidiaram tal recomendação, elaborados pelo Centro de Apoio Operacional à Execução do Ministério Público, pelo **Assistente Técnico lotado nesta unidade administrativa do GAEMA PCJ-PIRACICABA** (arrolar);

➤ O **Ofício nº 629/2015/P da CETESB**, que encaminhou a **Informação Técnica nº 01/15/IP/IPSR/CJ/CJP**, de 12 de junho de 2015, que, ao final, asseverou expressamente que seriam atendidas pela equipe técnica envolvida na análise da viabilidade ambiental do CTR Palmeiras as recomendações e determinações consistentes em: atentar para todas as críticas e sugestões; a complementação do EIA/RIMA; a ciência a todos os envolvidos no processo de licenciamento, admitindo ser possível, ainda, a realização de novas audiências públicas para que as dúvidas pendentes sejam devidamente esclarecidas. Em relação à não expedição da licença prévia para o empreendimento como um todo ou partes dele, comprometeu-se a não fazê-lo até que fossem sanadas as deficiências, omissões e irregularidades do processo de licenciamento, consignando que a Licença Ambiental Previa para o CTR Palmeiras só será emitida após a conclusão da análise da viabilidade ambiental do empreendimento ora em curso, a qual inclui a apreciação pelo CONSEMA.

➤ O **Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2015 dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba-Capivari e Jundiá** que, após reunião realizada em 13 de julho de 2015, em Piracicaba, para análise do empreendimento em questão, **considerou que o empreendimento apresenta impactos significativos nos recursos hídricos da região, os quais não estão devidamente tratados no EIA/RIMA apresentado.** Continuou o referido Comitê para sugerir condicionantes para a emissão da Licença de Instalação (LI) e ao final, manifestou-se aquele colegiado **desfavorável à emissão da licença-prévia, sendo necessária a complementação do**





**EIA-RIMA.** Salientou, *in verbis que*, "**com os estudos apresentados não se recomenda a emissão da Licença Previa face aos grandes riscos ambientais relacionados aos recursos hídricos que esse empreendimento apresenta, os quais não foram abordados no EIA/RIMA apresentado**".

Não obstante a clareza da resposta enviada pela CETESB e o posicionamento desfavorável do Comitê PCJ, não **foram realizadas novas audiências públicas, nem houve comunicação da complementação dos estudos técnicos**, sendo remetida, para a surpresa do Ministério Público, ao CONSEMA, na 336ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA, a **Súmula do Parecer Técnico/CETESB/124/15/IPSR** sobre a "Implantação do Aterro Sanitário da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Palmeiras", de responsabilidade da Piracicaba Ambiental S/A, em Piracicaba (Proc. 00194/13), para eventual avocação, o que de fato ocorreu.

Assim, feitas tais considerações que deverão ser incluídas, expeça-se com urgência ofício ao Secretário-Executivo do CONSEMA, com cópia digital dos documentos citados, solicitando que tais documentos sejam, **da mesma forma que os demais, disponibilizados com tempo hábil, em meio digital, aos Nobres Conselheiros do CONSEMA para conhecimento e análise, anteriormente à 337ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA.**

Consigne-se, ainda, que se encontra em fase de finalização novo parecer técnico, contemplando a análise do **Parecer Técnico nº 124/15/IPSR**, bem como de outros eventuais estudos/pareceres e relatórios técnicos apresentados pelo empreendedor e/ou CETESB, a título de complementação, após a expedição da

5



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Recomendação MP/SP 01/2015, o qual deverá ser remetido, tão logo concluído.

Cientifique-se a Dra. Tatiana Barreto Serra a respeito da presente manifestação.

Expeça-se ofício solicitando a designação do Dr. Ivan Carneiro Castanheiro para o comparecimento na 337ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA, que se realizará no dia 16 de dezembro de 2015, às 09h00, na Sala de Reuniões do Conselho, prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345.

Anote-se a próxima reunião do CONSEMA, designada para janeiro de 2016.

Piracicaba, 09 de dezembro de 2015

Assinatura manuscrita em tinta azul, com traços fluidos e uma longa horizontal final.

**ALEXANDRA FACCIOLLI MARTINS**  
**Promotora de Justiça do GAEMA PCJ PIRACICABA**